

Estudo Técnico Preliminar 31/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Introdução

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

No presente documento será avaliada a viabilidade da contratação pretendida, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de modo a melhor atender às necessidades das secretarias municipais do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, em conformidade com o Art. 8º do Decreto Municipal nº 023/2023 e demais legislações vigentes.

3. Descrição da necessidade

A contratação visa atender os pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Vila Bela da Santíssima Trindade, que fazem tratamento fora do domicílio. Pacientes esses que são portadores de doença renal crônica que fazem hemodiálise 3(três) vezes por semana no Centro de Tratamento do Rim (CTR) em Cáceres.

Embora a secretaria possua uma frota de veículos o aumento expressivo na demanda por transporte, associado ao desgaste natural dos veículos e à necessidade constante de manutenção, tem ultrapassado a capacidade operacional da frota existente. Muitos dos veículos estão envelhecidos e frequentemente fora de serviço, o que compromete sua confiabilidade e disponibilidade para atender as demandas dos pacientes, **conforme planilha, anexo I.**

A frota atual é composta majoritariamente por ambulâncias (um total de 13) e caminhonetes (um total de 5). No entanto, esses veículos têm se mostrado inadequados para acomodar o crescente número de pacientes que necessitam desse serviço. A falta de veículos adequados resulta em uma frota que não só é insuficiente em número, mas também ineficaz em termos de capacidade de transporte. Isso impacta diretamente a continuidade e a qualidade do atendimento oferecido.

Considerando que a Secretaria de Saúde possui uma Renault Van e quatro micro-ônibus Volare, apenas um micro-ônibus está operando normalmente, enquanto os outros três estão em manutenção dentro e fora do município. No entanto, o único veículo capaz de acomodar todos os pacientes necessários está atualmente alocado ao Distrito de Santa Clara do Montes e Cristo, que precisa de um veículo disponível devido à sua distância de aproximadamente 249,5 km da zona urbana da cidade.

A locação de um novo veículo é, portanto, uma medida imperativa e urgente para garantir que a secretaria possa atender a demanda constante e crescente desses pacientes de forma eficaz. A atual limitação da frota, agravada pelos deslocamentos prolongados e pelas frequentes manutenções, compromete a eficiência do serviço de transporte, essencial para a continuidade do tratamento dos pacientes. Sem a ampliação da frota, o risco de interrupção ou atraso no atendimento é alto, o que pode acarretar consequências graves para a saúde dos pacientes dependentes de hemodiálise regular.

Além da necessidade de transportar pacientes para o CTR no município de Cáceres, o referido veículo servirá de apoio e poderá ser usado em outras situações, como mutirões organizados pela administração, tanto para o transporte de servidores até o local da ação quanto para pacientes que residem na zona rural do município. O veículo também poderá ser utilizado em viagens extraordinárias de emergência ou como substituto de outro transporte quando necessário, desde que a demanda prioritária — ou seja, o transporte de pacientes até o CTR de Cáceres — tenha sido devidamente atendida.

Assim, a contratação de um novo veículo não é apenas uma necessidade operacional, mas uma ação crucial para assegurar a integridade do serviço de saúde oferecido aos pacientes mais vulneráveis, garantindo que recebam o tratamento necessário de forma contínua e sem interrupções.

A contratação por meio de locação é mais vantajoso para a Administração Pública devido fator econômico, uma vez que a empresa vencedora do certame disponibilizará veículos 24 horas por dia, ficando ainda responsável pela manutenção e substituição dos mesmos, quando necessário. Isso assegura a continuidade e suporte nos serviços de transporte para as atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA BELA DA SS. TRINDADE	Rosana Maria Da Silva

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação para a solução em locomoções terrestres e aéreas para o poder executivo municipal, são as seguintes:

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, são requisitos mínimos para sua satisfação, tais como obrigações que serão cobradas da contratada e especificadas nesta seção e/ou na descrição dos itens:

4.2. Contratação de veículo MICRO-ÔNIBUS

Atenderá as especificações mínimas:

A empresa deve ser localizada no Estado de Mato Grosso, preferencialmente o mais próximo do município de Vila Bela da Santíssima Trindade;

Veículo Tipo Executivo ou equivalente;

Ano de fabricação não inferior a 2011;

Capacidade de 25 a 35 passageiros;

Equipado com ar-condicionado;

Cinto de segurança, poltronas reclináveis e bagageiros externos laterais e interno no teto;

Cortinas nas janelas;

Pneus **NÃO** podem estar carecas e/ou recauchutados;

Quilometragem livre;

Conter todos os itens regulamentares de segurança;

Documento do veículo regularizado e sem restrições;

Veículo deve estar em perfeitas condições de funcionamento e em bom estado de conservação geral;

Local de entrega do veículo, na sede da Organização contratante ou em local diverso por acordo entre as partes;

O combustível será fornecido pela CONTRATADA (fornecedor);

Todas as despesas com o motorista (café, almoço, jantar, lanche e pernoite), também são de responsabilidade da CONTRATADA;

Esta contratação possui caráter continuado, pois o transporte de pacientes até o CTR de Cáceres é uma necessidade recorrente para o município, especialmente para atender a grande demanda;

A duração do contrato deverá ser de 12 meses.

No caso de exercício de atividade de transporte rodoviário interestadual e internacional: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da Resolução nº 4777 de 06 de julho de 2015;

Quando se tratar dos itens relativos a ônibus, micro-ônibus e vans, a regularidade será comprovada a cada contratação mediante a apresentação de CRF (Certificado de Registro para Fretamento) na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) ou na agência reguladora do respectivo estado ou município.

Para cada veículo fretado deverá ser disponibilizada a quantidade suficiente de motoristas que assegure o cumprimento das exigências previstas na Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de motorista.

6. Levantamento de Mercado

5.1. Na forma do disposto no artigo 18, §1º, da Lei 14.133/2021, quando do levantamento de mercado, para fins de identificação das possíveis soluções existentes, a equipe de planejamento deve evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, realizando uma análise comparativa entre as soluções identificadas, com objetivo de identificar a solução que apresente

maior vantagem econômica, ganhos de eficiência administrativa, continuidade sustentável social e ambiental, incorporação de tecnologias, possibilidade de compra e opções menos onerosas à Administração Pública.

5.2. Dentre as possíveis soluções de mercado para atendimento da necessidade, podemos elencar as seguintes:

- a. 1. Aquisição de veículos de transporte;
- b. 2. Contratação de empresas prestadoras de Serviços de Transporte.

A **solução A**, considerando a aquisição de veículos significa que a prefeitura teria total controle sobre a operação e a manutenção da frota. Isso permite ajustes rápidos conforme a demanda e garante a disponibilidade imediata dos veículos. Com uma frota própria, a administração pode planejar e operar os serviços de transporte de forma autônoma, sem depender de terceiros. No longo prazo, essa abordagem pode ser mais econômica, especialmente se os veículos forem bem mantidos e utilizados por muitos anos. No entanto, o custo inicial de compra é muito alto, o que é um grande obstáculo considerando que a prefeitura não tem orçamento para esse investimento. A mediana para a aquisição de um micro-ônibus é de R\$523.300,00 (quinhentos e vinte e três mil e trezentos reais) com base na pesquisa de preço no sistema RADAR TCE-MT, disponível no site <https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/radar/radar.html>, conforme relatório resumido em anexo. Além disso, manter uma frota requer uma infraestrutura robusta para manutenção, peças de reposição, e pessoal especializado. A depreciação dos veículos ao longo do tempo também é um fator a ser considerado, pois reduz o valor de revenda e exige substituições periódicas.

A **solução B**, contratar empresas prestadoras de serviços de transporte elimina a necessidade de um investimento inicial elevado. Os pagamentos são feitos conforme o uso dos serviços, o que pode ser ajustado às restrições orçamentárias da prefeitura. Essa abordagem oferece grande flexibilidade, permitindo ajustar a quantidade de veículos e serviços conforme a demanda sem os encargos da propriedade. As responsabilidades de manutenção, gestão de motoristas e conformidade regulatória são transferidas para a empresa contratada, aliviando a administração pública dessas tarefas. Empresas especializadas têm a expertise necessária para lidar com imprevistos, como cancelamentos, atrasos e alterações de itinerário, garantindo que os serviços continuem de forma eficiente.

Considerando a atual situação financeira da prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade, a **solução B**, contratação de empresa prestadora de serviços de transporte é a solução mais viável, a contratação de serviços permite que a administração pública atenda às necessidades de transporte de forma eficiente e dentro das suas limitações orçamentárias, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços sem sobrecarregar os recursos municipais.

7. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros com fornecimento de veículos (ônibus, micro-ônibus e vans), com condutores devidamente habilitados e combustível, sob demanda e mensurados por quilômetros

rodados, com itinerário em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados na execução das atividades institucionais das secretarias demandantes.

Considerando que a prestação de serviço de locação de transporte é de **NATUREZA COMUM**. Pois, têm requisitos claros e uniformes que muitas empresas no mercado conseguem atender. E por serem atividades rotineiras e bem definidas, a contratação desses serviços reduz a complexidade do processo licitatório.

Trata-se de processo para aquisição de locação de veículo, na qual o estudo técnico preliminar indicou

- a. 1. que pelas características do bem ou serviço, há necessidade de contratações frequentes;
- b. 2. que é mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;
- c. 3. que, pela natureza do objeto e pelas condições da contratação, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A lei nº. 14.133 determina que a fase de planejamento deve incluir a análise da possibilidade de efetuar o registro de preços:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

O Decreto Municipal nº. 038, de 12 de abril de 2023, ao regulamentar o Sistema de Registro de Preços, determina que o SRP será adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

IV - quando, pela natureza do objeto e pelas condições da contratação, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Na hipótese de obras e serviços de engenharia, dispõe o artigo 4º do referido Decreto Municipal que:

Art. 4º Os órgãos e entidades poderão contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional, e se demonstre a necessidade permanente ou frequente da obra ou serviço a ser contratado.

Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de apontada e as disposições regulamentares, deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando que, na contratação anterior realizada no processo nº 52/2023, licitação nº 24/2023 – PR, foram licitados 30.000,00 km de saldo, este tornou-se insuficiente para atender às necessidades da Secretaria de Saúde, visto que todo o saldo disponibilizado foi utilizado, conforme relatório em anexo.

Considerando que, embora o micro-ônibus não se destine exclusivamente à locomoção dos pacientes portadores de doença renal crônica que fazem hemodiálise, podendo também ser utilizado como apoio ou substituto de outro veículo, será assegurada a prioridade para estes pacientes. Tal medida visa atender à necessidade de deslocamento três vezes por semana para o Centro de Tratamento do Rim (CTR) no município de Cáceres.

Considerando que a distância entre o município de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres é de 332,4 km, totalizando 664,8 km em cada viagem de ida e volta, estima-se que a quilometragem anual percorrida será de aproximadamente 120.000 km, incluindo os deslocamentos dentro da cidade.

Descrição	Período	Und. Med.	Quantidade prevista
Locação de veículo - tipo micro-ônibus, por quilômetro rodado e período, com motorista, fornecimento de combustível, incluindo seguros e demais despesas necessárias para a prestação dos serviços.	12 (doze) meses	Quilômetro (km)	120.000,00 km (cento e vinte mil quilômetros)

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 838.800,00

8.1. Os orçamentos utilizados para a locação do veículo serão baseados na pesquisa de preços realizada no **Estudo Técnico Preliminar nº 25/DPL/2024**, que tomou como referência o valor unitário estimado pela EEEM Educação do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré, localizada no município de Canindé - CE. Os dados foram obtidos do Portal Nacional de Contratações Públicas, e os detalhes e valores específicos estão disponíveis nos anexos deste documento.

Cód.	Descrição	Quantidade Prevista	Valor Unitário	Valor Total
385895-2	Locação de veículos, ônibus, micro-ônibus e vans, por quilômetro rodado e período, com motorista, fornecimento de combustível, incluindo seguros e demais despesas necessárias para a prestação dos serviços.	120.000,00 Km	R\$6,99	R\$838.800,00

Sendo assim, o valor total estimado para a aquisição é de **R\$838.800,00** (oitocentos e trinta e oito mil e oitocentos reais).

Tendo em vista que a estimativa foi realizada simultaneamente à elaboração deste ETP, de forma que foi adotada de forma definitiva, dispensando novas pesquisas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A prática mais indicada é a contratação “por item”, que possibilita a participação do maior número de concorrentes possível, tendendo a proporcionar maior competitividade e menor preço, abrindo espaço para a participação.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se aplica.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Com base nos estudos expostos acima, especialmente no que tange à solução de mercado

escolhida, que inclui critérios e práticas previstos em normativos vigentes, a Equipe de Planejamento, considera que a contratação é **VIÁVEL**, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da instituição.

11.2 Desse modo, sugere-se o processo licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, e que se faça o uso do sistema de registro de preços.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação visa atender a todas as demandas administrativas das secretarias no que se refere ao serviço de transporte, permitindo a realização de suas atividades e cumprimento de suas funções institucionais, proporcionando desse modo um serviço eficaz, eficiente, ágil e seguro. Sendo, que as secretarias solicitantes não possuem veículos para atender o quantitativo de passageiros para as devidas demandas.

14. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se aplica.

15. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerando a natureza da prestação do serviço, há previsão de impactos ambientais.

Emissões de Gases Poluentes

A contratação de serviços de transporte pode resultar em diferentes níveis de emissões de gases poluentes, dependendo do tipo e da idade do veículo utilizado pela empresa contratada. Ônibus, micro-ônibus e vans mais antigos tendem a emitir maiores quantidades de dióxido de carbono (CO₂), monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NO_x) e partículas (PM), contribuindo para a poluição do ar e o aquecimento global.

14.2. Será recomendado a empresa CONTRATADA, conforme previsão neste instrumento, que a mesma poderá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos seus serviços, mediante orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed. Brasília: AGU, setembro 2023, disponível: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com base nos estudos expostos acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas previstos em normativos vigentes, a Equipe de Planejamento, considera que a contratação é **VIÁVEL**, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da instituição.

15.2 Desse modo, sugere-se o processo licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, e que se faça o uso do sistema de registro de preços.

15.3. O SRP, conforme o Decreto Municipal nº. 038, de 12 de abril de 2023, possibilita o município solicitar os itens conforme sua necessidade e programação, de forma fracionada, ao longo do prazo de vigência da ata de registros, pois não dispõe da utilização total imediata do objeto licitado.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSANA MARIA DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde



Assinou eletronicamente em 13/09/2024 às 10:13:22.

JULIANA PESSOA DE MORAES

Agente Administrativo



Assinou eletronicamente em 12/09/2024 às 14:03:15.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Declaração de dotação e saldo orçamentário postergado.pdf (203.78 KB)
- Anexo II - Justificativa - Vantagens da proximidade geográfica.pdf (119.22 KB)
- Anexo III - Portal Nacional de Contratações Públicas.pdf (172.48 KB)
- Anexo IV - MT _ Storytelling Diesel _ Preços dos Combustíveis _ Petrobras.pdf (299.92 KB)
- Anexo V - Mediana para aquisição de um micro-ônibus (Radar de Controle Público - Módulo Compras Públicas).pdf (398.74 KB)
- Anexo VI - Saldo das Contratações por Organograma - Processo nº 52.2023, Licitação nº 24.2023 – PR.pdf (75.88 KB)
- Anexo VII - Listagem de veículos pertencentes à SMS-VBST.pdf (116.34 KB)

PARECER DE APROVAÇÃO DO ETP 030/SMS/VBST/2024

EMENTA: Pregão Eletrônico . Na modalidade. De Registro de Preço, do tipo presencial. Objeto de análise do ETP 030/SMS/VBST/2024. **APROVADO.**

1. RELATÓRIO

Veio encaminhado a esta Secretaria de Planejamento o Estudo Técnico Preliminar (ETP) 030/SMS/VBST/2024 para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de veículos tipo: micro-ônibus, por quilometro rodado e periodo, com motorista, fornecimento de combustível, incluindo seguros e demais despesas necessárias para a prestação dos serviços. no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, a fim de avaliação e aprovação, em atendimento ao §3º, do art. 16, do Decreto Municipal 023/2023 e ao art. 5º do Decreto Municipal 017/2023.

2. DA ANÁLISE

Em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal 023/2023 e no 017/2023, quanto as exigências das eventuais contratações a ser realizadas por esta Administração referente aos alinhamentos indispensáveis a serem feitos com a Secretaria Municipal de Planejamento, segue as análises destes requisitos do ETP 030/SMS/VBST/2024.

Assim, os processos licitatórios deverão observar as diretrizes e conter as informações conforme os termos do Decreto Municipal 023/2023, dos quais destacados a seguir:

Art. 5º O ETP deverá estar alinhado com as Leis Orçamentárias, com o Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, com logísticas de sustentabilidade ambiental e social, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

[...]

Art. 8º Tendo por base o Plano de Contratações Anual, se elaborado, ou o interesse público a ser satisfeito, deverão ser registrados no ETP físico ou digital os seguintes elementos:

[...]

IX - demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, se elaborado, ou em outras peças de planejamento da Administração, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;

Em consonância ao descrito acima, há, também, no artigo 5º, do Decreto Municipal 017/203:

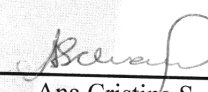
Art. 5º - O estudo técnico preliminar que se refere alínea "a", I, do art. 1º deste Decreto, deverá ser revisado e ratificado pela Secretaria Municipal de Planejamento, como requisito de admissibilidade para o Departamento de Processamento Licitatório iniciar a montagem do processo.

Destarte, ao analisar o objeto do ETP 030/SMS/VBST/2024 e verificado as exigências descritas nos Decretos Municipais 017/2023 e 023/2023 quanto as eventuais contratações a serem feitas por esta administração, verifica-se cumprido os requisitos descritos à luz do princípio do planejamento. Portanto, esta Secretaria aprova o ETP, nos limites de sua competência e em conformidade aos dispositivos legais citados neste parecer.

3. CONCLUSÃO

Contudo, dentro do que compete a avaliação da Secretária de Planejamento, Aprovo o ETP 030/SMS/VBST/2024.

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 26 de Setembro de 2024.



Ana Cristina S. Sousa Schaedler
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Termo de Referência 11/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2024	989109-PREF.MUN.DE VL BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	JULIANA PESSOA DE MORAES	13/09/2024 10:18 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Não se aplica/Não se aplica		028/SMS/VBST/2024.

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços locação de veículos - micro-ônibus, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TCE-MT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de veículo - tipo micro-ônibus, por quilômetro rodado e período, com motorista, fornecimento de combustível, incluindo seguros e demais despesas necessárias para a prestação dos serviços.	385895-2	KM	120.000,00	R\$6,99	R\$838.800,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) prazo máximo de até 5 dias corrido, contados do agendamento e/ou do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela CONTRATANTE, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. Nota(s) explicativa(s):

2.2. A contratação não se encontra prevista no Plano Anual de Contratações em razão do Município não possuir o referido plano, todavia, encontra-se alinhada ao objetivo;

2.3. Na Lei orçamentária anual referente ao ano 2024, também foram fixadas as despesas para a contratação, nos itens: a) 2.299 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

2.4. Havendo a necessidade de complementação do saldo orçamentário o Gestor Municipal solicitará a suplementação ao setor de contabilidade;

2.5. Em anexo do saldo da dotação orçamentária atualizado, quanto ao bloqueio dos valores este é realizado pelo departamento contábil, mediante solicitação;

2.6. Desse modo, embora não se tenha elaborado um plano de contratações anual, a despesa encontra-se alinhada com o planejamento orçamentário do Município;

2.7. Contudo, a previsão no PCA serve para demonstrar o alinhamento da contratação com o planejamento orçamentário da administração, então, como não temos PCA, devemos demonstrar, nas peças de planejamento orçamentário, a contratação se encaixa. No caso, utilizamos o PPA e a LOA, evidenciando a previsão no QDD.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros com fornecimento de veículos (ônibus, micro-ônibus e vans), com condutores devidamente habilitados e combustíveis, sob demanda e mensurados por quilômetros rodados, com itinerário em âmbito municipal, intermunicipal, interestadual, vicinal e rural, em vias pavimentadas ou não, a serem utilizados na execução das atividades institucionais das secretarias demandantes.

3.2. Considerando que a prestação de serviço de locação de transporte é de NATUREZA COMUM. Pois, têm requisitos claros e uniformes que muitas empresas no mercado conseguem atender. E por serem atividades rotineiras e bem definidas, a contratação desses serviços reduz a complexidade do processo licitatório.

Trata-se de processo para aquisição de locação de veículo, na qual o estudo técnico preliminar indicou

1. que pelas características do bem ou serviço, há necessidade de contratações frequentes;
2. que é mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;
3. que, pela natureza do objeto e pelas condições da contratação, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A lei nº. 14.133 determina que a fase de planejamento deve incluir a análise da possibilidade de efetuar o registro de preços:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

O Decreto Municipal nº. 038, de 12 de abril de 2023, ao regulamentar o Sistema de Registro de Preços, determina que o SRP será adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

IV - quando, pela natureza do objeto e pelas condições da contratação, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Na hipótese de obras e serviços de engenharia, dispõe o artigo 4º do referido Decreto Municipal que:

Art. 4º Os órgãos e entidades poderão contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional, e se demonstre a necessidade permanente ou frequente da obra ou serviço a ser contratado.

Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de apontada e as disposições regulamentares, deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. Os requisitos fundamenta-se nos termos do Estudo Técnico Preliminar;

4.1.2. A Empresa vencedora, somente poderá assinar contrato, após a apresentação de todos os alvarás, registros, licenças e outras formalidades necessárias para o funcionamento legal da mesma, ficando a CONTRATANTE totalmente isenta dessas responsabilidades;

1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
2. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, são requisitos mínimos para sua satisfação, tais como obrigações que serão cobradas da contratada e especificadas nesta seção e/ou na descrição dos itens:
3. Contratação de veículo MICRO-ÔNIBUS:
 - Atenderá as especificações mínimas: Veículo Tipo Executivo ou equivalente; Ano de fabricação não inferior a 2011;
 - Capacidade de 25 a 35 passageiros;
 - Equipado com ar condicionado;
 - Cinto de segurança, poltronas reclináveis e bagageiros externos laterais e interno no teto;
 - Cortinas nas janelas;
 - Pneus NÃO podem estar carecas e/ou recauchutados; Quilometragem livre;
 - Conter todos os itens regulamentares de segurança; Documento do veículo regularizado e sem restrições;
 - Veículo deve estar em perfeitas condições de funcionamento e em bom estado de conservação geral;
 - Local de entrega do veículo, na sede da Organização contratante ou em local diverso por acordo entre as partes;
 - O combustível será fornecido pela CONTRATADA (fornecedor);
 - Todas as despesas com o motorista (café, almoço, jantar, lanche e pernoite), também são de responsabilidade da CONTRATADA;
 - No caso de exercício de atividade de transporte rodoviário interestadual e internacional: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da Resolução nº 4777 de 06 de julho de 2015
 - Quando se tratar dos itens relativos a ônibus, micro-ônibus e vans, a regularidade será comprovada a cada contratação mediante a apresentação de CRF (Certificado de Registro para Fretamento) na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) ou na agência reguladora do respectivo estado ou município.
 - Para cada veículo fretado deverá ser disponibilizada a quantidade suficiente de motoristas que assegure o cumprimento das exigências previstas na Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de motorista.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h às 11h.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7.1. a autenticidade da identificação do veículo e da sua documentação;

4.7.2. a legitimidade da propriedade;

4.7.3. os equipamentos obrigatórios dos veículos e suas condições de funcionamento;

4.7.4. a autorização, a regularização e o registro no prontuário no órgão de trânsito quando houver modificações das características originais do veículo e de seus agregados;

4.7.5. o contratado deverá apresentar o motorista responsável pela condução do micro-ônibus, bem como sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) devidamente compatível com a categoria exigida para a condução desse tipo de veículo.

4.7.6. O contratado deverá apresentar a apólice de seguro do veículo, com cobertura para danos a terceiros, acidentes pessoais de passageiros (APP), colisão, roubo e furto, comprovando sua vigência na data da vistoria e durante todo o período contratual.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO Nota(s) explicativa(s):

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

A contratada deverá realizar a entrega dos objetos conforme especificações:

- Os Serviços objeto deste termo de referência serão solicitados sob demanda, devendo o contratado prever entrega por Ordem de Fornecimento, tendo em vista o quantitativo previsto neste termo. O prazo para entrega será a disponibilização dos veículos para locação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da emissão da ordem de serviço.
- Os serviços serão fornecidos conforme ordem de fornecimento
- Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito ao fiscal do contrato indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.
- A execução dos serviços poderá ser efetuada de forma parcelada, de acordo com o quantitativo estabelecido na Ordem de Fornecimento.

- A execução dos serviços ficará a cargo do contratado, devendo ser providenciada a mão de obra necessária
- Os serviços deverão ser entregues em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.
- A prestadora de serviço se obriga a executar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com a Norma NBR 14679 da ABNT, considerando a sua revisão mais atualizada.
- CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Deverão ser observadas, as orientações dos programas do Administração Pública e normativos específicos voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas: Economia de energia; Economia em materiais plásticos descartáveis; Economia de água; e Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, e os inerentes ao manuseio e operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionador de ar, dentre outros semelhantes.

Local e horário da prestação dos serviços Nota(s) explicativa(s):

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço

- Secretaria Municipal de Saúde:
- Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Bela da Ss. Trindade - MT.
- Endereço: Rua Travessa do Palácio, S/Nº, Bairro Centro – CEP: 78245-000

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

- Considerando que o micro-ônibus não é destinado exclusivamente ao transporte de pacientes portadores de doença renal crônica que realizam hemodiálise, podendo também ser utilizado como veículo de apoio ou substituto de outro meio de transporte, não será possível definir um horário específico na presente data. Assim, fica a cargo do administrador de transportes desta Secretaria Municipal de Saúde de Vila Bela da Santíssima Trindade a responsabilidade de indicar os horários.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo

5.4.1. A presente contratação, após a assinatura do instrumento que faça acordo entre as partes será de 12 meses. Essa decisão é baseada na estimativa de tempo do último contrato.

5.4.2. Os serviços deverão iniciar-se no prazo máximo de até 5 dias corrido, contados do agendamento e/ou do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela CONTRATANTE. Os serviços serão recebidos e fiscalizados por servidores designados pela CONTRATANTE, sob pena de incorrer na inexecução parcial ou total do contrato ou da ATA de Registro de Preço

5.4.3. O instrumento que faça acordo entre as partes poderá ser prorrogado pelo prazo de 12 meses. Desde que seja considerado vantajoso para a Administração, de acordo com as condições estabelecidas no contrato, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Materiais a serem disponibilizados Nota(s) explicativa(s):

5.5. Não haverá necessidade de fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios, pela Contratada à Contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta Nota(s) explicativa(s):

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Não possui.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) Nota(s) explicativa(s):

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.9. A presente contratação será fiscalizada por meio do fiscal do contrato (de cada secretaria solicitante), por quem atestar o recebimento do objeto.

6.10. Sujeitar-se à fiscalização por parte da CONTRATANTE, através de servidor designado para acompanhar execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendimento às reclamações formuladas.

6.11. Havendo a necessidade de notificar e realizar tratativas com a contratada, utilizar-se-á de todos os meios necessários e considerados eficientes para manter a comunicação. Sendo via E-mail, aplicativo Whatsapp, notificação pessoal, etc.

6.12. O serviço será recebido:

- Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo de recebimento provisório, quando verificado o cumprimento das exigências;
- Definitivamente, por colaborador ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo de recebimento definitivo que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- Após recebimento definitivo, comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- Se no ato do pagamento a nota fiscal/fatura não for aceita pela Administração, devido a irregularidades em seu preenchimento, será procedida a sua devolução para as necessárias correções. Somente após a reapresentação do documento, devidamente corrigido e, observados outros procedimentos, se necessários, será efetivado o pagamento em questão

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. Rotinas descritas acima.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

O pagamento será feito após o recebimento da nota fiscal e atestado pelo fiscais de contrato, no prazo de 30 dias, obedecendo a ordem de pagamento. Ressalta-se que a Administração tem a prerrogativa de realizar o pagamento, caso necessário, no prazo máximo de 60 dias contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será:

8.2.1. Com base nos estudos expostos acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas previstos em normativos vigentes, a Equipe de Planejamento, considera que a contratação é VIÁVEL, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da instituição.

8.2.2. Desse modo, sugere-se o processo licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, e que se faça o uso do sistema de registro de preços.

8.2.13 O SRP, conforme o Decreto Municipal nº. 038, de 12 de abril de 2023, possibilita o município solicitar os itens conforme sua necessidade e programação, de forma fracionada, ao longo do prazo de vigência da ata de registros, pois não dispõe da utilização total imediata do objeto licitado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros -TCRIP, expedido por Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados – AGER nos termos da Lei Complementar nº 432, de 08 de agosto de 2011 e o Decreto nº 1020 de 06 de março de 2012.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14. As consultas às certidões do TCU, CEIS, CNIA e SICAF, quando da contratação da empresa, conforme previsto no art. 44 da Portaria nº 424/2016.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; Nota(s) explicativa(s): 13

8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1.1. Apresentar atestado de Capacidade Técnica, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;

8.28.1.2. Comprovação que já executou objeto compatível com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano de execução do objeto semelhante ao da contratação;

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais

extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 838.800,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$R\$838.800,00 (oitocentos e trinta e oito mil e oitocentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

Item	Especificação	TCE/MT	U.M	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de veículo - tipo micro-ônibus, por quilômetro rodado e período, com motorista, fornecimento de combustível, incluindo seguros e demais despesas necessárias para a prestação dos serviços.	385895-2	KM	120.000,00	R\$6,99	R\$838.800,00
Valor Total Estimado					R\$838.800,00	

9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. Nota(s) explicativa(s): 5

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária


10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os itens do objeto do presente processo de licitação para “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO: MICRO-ÔNIBUS, POR QUILOMETRO RODADO E PERÍODO, COM MOTORISTA, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, INCLUINDO SEGUROS E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (HEMODIÁLISE).”, **não constam** em nosso banco de dados homologado/licitado.

Justifica-se desta forma, o procedimento aplicado para aquisição em questão.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 24 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **FABIO GONCALVES LIMA**
Data: 24/09/2024 15:19:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Fábio Gonçalves Lima
Agente Administrativo
Matricula 4011